



B1087

Carlos Chicarino - 23/6/82

Em nota oficial, Moreira Lima defende a atuação de Souza e Mello, quando ministro

Moreira afirma que a retaliação não interessa

ESTADO DE SÃO PAULO

20 FEV 1988

AGÊNCIA ESTADO

"Vamos colocar uma pedra em cima disso", afirmou ontem em Brasília o ministro da Aeronáutica, brigadeiro Octávio Moreira Lima, referindo-se às críticas do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, à junta militar que governou o País em 1969, cujos integrantes chamou de "três patetas". "O momento é de reconciliação e não nos interessa nenhuma retaliação. As Forças Armadas não serviram de massa de manobra para confrontos políticos", disse Moreira Lima. Segundo avaliação feita por militares de Brasília, Rio e São Paulo, não há consenso nas Forças Armadas para uma intervenção política e não têm fundamento as especulações nesse sentido.

Antes de fazer aquelas declarações, Moreira Lima distribuiu nota à imprensa e às unidades da Força Aérea Brasileira, na qual elogia a atuação do ex-ministro da Aeronáutica, marechal Márcio de Souza e Mello, que foi membro da junta militar. Segundo Moreira Lima, o objetivo é sobretudo preservar a imagem de Souza e Mello. O brigadeiro disse ainda preferir não se manifestar sobre o papel político de Souza e Mello na junta militar, pois "essa é outra história e o futuro a julgará".

A nota, de 51 linhas, discorre sobre o empenho de Souza e Mello em modernizar e informatizar as instalações da FAB e na criação da Embraer. Apenas no final do texto,

em cinco linhas, o ministro se refere ao episódio provocado pelo pronunciamento de Ulysses: "Apesar de toda obra legada às gerações de agora, fruto de um trabalho de quase meio século de dedicação à Aeronáutica e à Nação brasileira, foi o marechal Márcio, infelizmente, alvo de palavras de desdouro, que jamais poderão macular a dignidade de tão notável brasileiro".

Ao comentar sua própria nota, o ministro disse que pretendeu evitar uma "polêmica inútil". "Com suas palavras, o ministro Leônidas Pires Gonçalves esgotou o assunto. O que ele disse representa o nosso pensamento", afirmou Moreira Lima. Leônidas considerou a fala de Ulysses sobre a junta militar como "infeliz e injusta".

O ministro comentou ainda que, sendo o momento atual de conciliação, "é até válido criticar a junta militar, mas seria melhor não fazê-lo", demonstrando preocupação com que se evite "retaliações pessoais". "Se uma fogueira é acesa, o melhor é apagar o fogo", afirmou. Segundo Moreira Lima, é compreensível que haja divergências sobre "certas decisões".

Por fim, Moreira Lima recusou-se a comentar o caso ocorrido no início de sua gestão, envolvendo o capitão Sérgio "Macaco", que foi punido por Souza e Mello em 1969, mas colocado num órgão do ministério em 1985. E chegou a defender a

participação do marechal em recentes reuniões militares no Rio, dizendo que ele jamais se pronunciou contra os ministros militares da Nova República.

INSTABILIDADE

A instabilidade político-institucional do País é intensificada por "atitudes insensatas de políticos que deveriam dar exemplos de seriedade, como é o caso do presidente da Constituinte, da Câmara e do PMDB, Ulysses Guimarães". A opinião é do brigadeiro da reserva Paulo Costa, para quem é prioritário o retorno à Constituição de 46. Segundo Paulo Costa, essa Constituição "pelo menos funcionava" e poderia tirar o Brasil da indefinição institucional.

Outros militares criticaram a atuação de Ulysses. No Rio, um general a qualificou como "extremamente inconveniente". A retratação do deputado, segundo o mesmo militar, demonstrou "fraqueza e falta de capacidade para ele exercer a presidência da Constituinte".

Na opinião de Paulo Costa, assistimos na política brasileira a "atitudes incoerentes, ambiciosas ou demagógicas como a do governador de Alagoas, Fernando Collor de Melo, que foi ao Palácio do Planalto cobrar uma audiência do ministro-chefe do Serviço Nacional de Informações, general Ivan de Souza Mendes, como se os ministros devêssem ficar à sua disposição".

"Tolerância sem limites"

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

O ministro Paulo Brossard, da Justiça, disse ontem que outras seriam as consequências da crise política se o presidente José Sarney não fosse "de uma tolerância quase sem limites", acrescentando que "um clima de desordem social se avoluma no País em proporções preocupantes". Outro ministro, Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações, acusou o deputado Ulysses Guimarães de ser um dos responsáveis pela "campanha orquestrada" contra o governo. Antônio Carlos falou na saída de uma audiência com o presidente.

Para Brossard, os responsáveis pela crise são setores minoritários

Ulysses aceita críticas dos militares

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

"Quem critica deve estar preparado para ser criticado. Quem entra na chuva é para se molhar." Assim reagiu o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, à nota divulgada pelo ministério do Exército em que o ministro Leônidas Pires Gonçalves classifica de "infeliz e injusta" a referência de Ulysses aos "três patetas" que compunham a Junta Militar de 1969. Afirmando que o que mais quer é ver o assunto encerrado, Ulysses garantiu que o fato não atingiu o seu relacionamento pessoal com o general-ministro, "que é muito bom".

Ulysses Guimarães aproveitou, contudo, para reiterar as críticas à Junta, afirmando que falou "com a responsabilidade de presidente da Constituinte, vice-presidente da República e presidente do PMDB". Depois, ressaltou que "as Forças Armadas, inclusive o Exército, no comando de seus ministros, têm tido uma atuação de sustentação da transição a mais louvável possível". E encerrou: "O que eu tinha de falar, já falei. Não gosto de olhar o passado, a não ser nos bons exemplos que devam ser seguidos".

SEM FISSURAS

O senador Jarbas Passarinho (PDS-PA) afirmou ontem na sessão da Constituinte que não deve haver fissuras na área militar a fim de que o processo de transição e a consolidação da democracia seja levado a bem termo. Passarinho desmentiu oradores que precederam na tribuna e negou que tenha dito recentemente que os militares devem interferir no processo político, o que levou o deputado Hermes Zanetti (PMDB-RS) a criticá-lo duramente. Passarinho estava em seu gabinete quando ouviu discurso pelo serviço de som e foi responder a Zanetti no plenário, dizendo que eram afirmações "injuriosas e inverídicas".

Depois falou Mário Lima (PMDB-BA), que disse que não há razão para estranhar a afirmação de Ulysses sobre a Junta Militar, cujos integrantes devem ser chamados pela expressão correta. "Eles foram ditadores, ou, por acaso, gostaríamos de ser chamados de estadistas?", ironizou. E em São Paulo, o governador Orestes Quércia, ouvido no Palácio dos Bandeirantes, não deu importância ao incidente. "O dr. Ulysses utilizou-se apenas de uma forma de expressão que não significa restrição aos militares, que ele respeita muito", disse Quércia.

O clima é mesmo tenso

CARLOS CHAGAS

Não havia um parlamentar, ontem, que não julgasse tenso o clima em Brasília. O deputado Ulysses Guimarães engoliu o seu sapo, expresso pela nota do general Leônidas Pires Gonçalves, que o admoestou por ter chamado os integrantes da junta militar de 1969 de "três patetas". Considerou que o jogo político é assim mesmo, disse quem está na chuva é para se molhar mas não retirou a crítica, feita quarta-feira, ao general Lyra Tavares, ao almirante Augusto Rademaker e ao brigadeiro Márcio de Souza e Mello. O ministro do Exército, de seu turno, não deu sequência ao entretanto, nem os ministros da Marinha e da Aeronáutica se pronunciaram. Mesmo assim, julgava-se óbvio entre deputados e senadores, até pelos aplausos da Assembleia Nacional Constituinte ao seu presidente, que ele ocupou a posição perigosa de chefe do poder civil, em contraste com amenos porém reais representantes do poder militar.

O ambiente estava carregado, também, diante dos comentários sobre a decisão do general Ivan de Souza Mendes, chefe do SNI, de não receber o governador de Alagoas, Fernando Collor de Melo, quinta-feira, no Palácio do Planalto. Junta-se a isso a ação do ministro Antônio Carlos Magalhães, de nítido confronto com a Assembleia Nacional Constituinte, e mais a própria, arrastando-se de buraco negro em buraco negro sem ter conseguido votar mais do que seis artigos. Tinha-se, assim, a receita de dias tumultuados. Ainda mais por que a sucessão está nas ruas, pela quase certa decisão dos constituintes de fixar o mandato do presidente José Sarney em quatro anos. Fica claro que quem gritar mais alto ou criticar mais credencia-se a ter suas cotações aumentadas. Ulysses prepara-se para levar o PMDB para fora do governo. Aureliano Chaves vai sozinho, porque o PFL, em boa parte, já saiu. Leonel Brizola e Luis Inácio Lula da Silva pedem um auto de fé sobre a Nova República, e quem vier a mais, seja Antônio Ermírio de Moraes, Jânio Qu-

desabituações à prática democrática da transigência recíproca. "É preciso saber perder e saber ganhar — disse o ministro. O problema é que alguns setores não sabem perder."

Antônio Carlos acha que "os ataques desnecessários e genéricos às Forças Armadas, como fez o presidente da Constituinte esta semana, só servem para enfraquecer as instituições". Antônio Carlos disse que os que atacam Sarney "são adversários do País e não adversários do governo". Para o ministro, os opositores estão agindo dentro e fora da Constituinte, procurando a desestabilização que não val acontecer. Por fim, o ministro afirmou que a resposta do general Leônidas "serviu para o dr. Ulysses recuar".

dros ou Miguel Arraes, fatalmente engrossará as fileiras dessa estranha inquisição cabocla.

Mesmo envolto nessas nuvens e em outras, pessoais, como a que tentou atingir sua família, o presidente José Sarney parecia, ontem, o único habitante da Capital Federal com a cabeça fria, procurando tranquilizar os outros. A um de seus ministros comentou, meio malicioso, meio cético, já ter visto inúmeras vezes o mesmo filme. Em determinadas conjunturas, através de seus quase 40 anos de vida política, assistiu a essas falsas tempestades se desfazerem no ar. É verdade que às vezes deu em crise, convulsão e até caos, como em 1964 e em alguns anos seguintes, só para ficar no passado recente. Mas Sarney não estava preocupado com crises militares, ebulições institucionais ou desagregação do País. No fundo, disse, os grandes problemas continuam sendo econômicos e sociais. No plano político, a democracia dispõe de mecanismos para absorver embates e torná-los, senão naturais, ao menos contornáveis. Não pode permitir e não permitirá a desestabilização de seu governo, nem se intimidará diante de ameaças, como havia falado na "Conversa ao Pé do Rádio", pela manhã. Permanecerá na determinação inflexível de garantir o sistema democrático e de assegurar a liberdade a todos os segmentos do País. Considerar-se-á satisfeito ao chegar ao final de seu governo tendo sustentado aquela que passará à história como a fase mais difícil da Nova República.

Assim, na visão do presidente, nem a atmosfera nem o clima merecem ser mostrados permanentemente como conturbados ou tensos, se logo se desfazem. Pode ser para que depois voltem e outra vez se diluam mas isso será contingência da implantação da democracia. Imaginar a iminência de golpes, com Sarney ou sem ele, de inevitáveis rotas de colisão entre civis e militares e de mergulhos intermináveis no escuro será no máximo, em seu julgamento, não perceber que as coisas realmente mudaram no País, com a Nova República.